

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 40/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

Aos 4 dias do mês de março de 2015, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Proposta de Lei n.º 279/XII/4.<sup>a</sup> - Procede à vigésima segunda alteração ao Código de Processo Penal, atualizando a definição de terrorismo;**
  - **Proposta de Lei n.º 280/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à sexta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), fixando novos fundamentos para a concessão da nacionalidade por naturalização e para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa;**
  - **Proposta de Lei n.º 281/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, que estabelece o regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, permitindo que sejam incluídos nas ações encobertas todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo;**
  - **Proposta de Lei n.º 282/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo;**
  - **Proposta de Lei n.º 283/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), criminalizando a apologia pública e as deslocações para a prática do crime de terrorismo;**
  - **Proposta de Lei n.º 284/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 23/2007, de 11 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, modificando os fundamentos para a concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão;**
  - **Proposta de Lei n.º 285/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à terceira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo;**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 40/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

- Proposta de Lei n.º 286/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorista;  
Relator - Deputado Jorge Lacão (PS)
  
  - Projeto de Lei n.º 771/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - Procede à oitava alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, visando um regime sancionatório mais equitativo nas situações de incumprimento do pagamento de taxas de portagem em infraestruturas rodoviárias;  
Relator - Deputado João Lobo (PSD)
  
  - Projeto de Lei n.º 765/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Transparência dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos;
  - Projeto de Lei n.º 766/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Combate o enriquecimento injustificado;
  - Projeto de Lei n.º 782/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - Enriquecimento injustificado (35.<sup>a</sup> alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, 4.<sup>a</sup> alteração à lei n.º 34/87, de 16 de julho e 6.<sup>a</sup> alteração à lei n.º 4/83, de 2 de abril);  
Relator - Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)
4. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:
- Proposta de Lei n.º 271/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro n.ºs 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido;
  - Proposta de Lei n.º 272/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados-membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a Decisão-Quadro n.º 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009;
  - Proposta de Lei n.º 273/XII/4.<sup>a</sup> - Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 40/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

- polícia criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal;
- Proposta de Lei n.º 274/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - Estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 2009/315/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de agosto;
- 5 Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, dos seguintes textos:
- "Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e a livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e revoga a Lei n.º 83/2001, de 3 de agosto" [Proposta de Lei n.º 245/XII/3.<sup>a</sup> (GOV)];
  - "Segunda alteração à Lei 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada" [Proposta de Lei n.º 246/XII/3.<sup>a</sup> (GOV)];
  - "Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março" [Proposta de Lei n.º 247/XII/3.<sup>a</sup> (GOV)]
- 6 Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:
- Petição n.º 453/XII/4.<sup>a</sup> – “Em defesa dos serviços públicos em Sines (tribunal, serviço de finanças e centro de saúde)”;
- 7 Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;
- 8 Apreciação e votação das atas n.os 35 a 39/XII/4.<sup>a</sup>, correspondentes às reuniões de 4 a 25 de fevereiro de 2015;
- 9 Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 40/XII/ 4.ª SL**

**PROJETO DE LEI**

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
789/XII/4.ª (BE)	<a href="#">Elimina os Vistos Gold da lei de imigração</a>	Deputado Carlos Peixoto (PSD)

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão, em nome da União Europeia, da Convenção das Nações Unidas sobre a transparência da arbitragem entre os investidores e o Estado baseada nos tratados – <a href="#">COM(2015)20</a> .  <i>Obs: Distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Economia e Obras Públicas</i>	Deliberado não escrutinar	NA
DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção das Nações Unidas sobre a transparência da arbitragem entre os investidores e o Estado baseada nos tratados – <a href="#">COM(2015)21</a> .  <i>Obs: Distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Economia e Obras Públicas</i>	Deliberado não escrutinar	NA
Proposta de RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados pela Roménia no âmbito do Mecanismo de Cooperação e de Verificação – <a href="#">COM(2015)35</a> .  <i>Obs: Distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i>	Deliberado não escrutinar	NA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 40/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados pela Roménia no âmbito do Mecanismo de Cooperação e de Verificação – <a href="#">COM(2015)36</a></p> <p><b>Obs: Distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</b></p>	<p><b>Deliberado não escrutinar</b></p>	<p><b>NA</b></p>
<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à proteção contra os efeitos da aplicação extraterritorial de legislação adotada por um país terceiro e das medidas nela baseadas ou dela resultantes (reformulação) – <a href="#">COM(2015)48</a></p> <p><b>Obs: também distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</b></p>	<p><b>Deputado João Lobo (PSD)</b></p>	<p><b>NA</b></p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a avaliação ex post do Mecanismo Comunitário de Proteção Civil e do Instrumento Financeiro para a Proteção Civil no período 2007-2013 – <a href="#">COM(2015)61 final</a></p> <p><b>Obs: Distribuída à Comissão de Agricultura e Mar</b></p>	<p><b>Deliberado não escrutinar</b></p>	<p><b>NA</b></p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Quinto relatório sobre o acompanhamento pós-liberalização dos vistos para os países dos Balcãs Ocidentais em conformidade com a Declaração da Comissão de 8 de novembro de 2010 (Texto relevante para efeitos do EEE) – <a href="#">COM(2015)58</a></p> <p><b>Obs: Distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</b></p>	<p><b>Deliberado não escrutinar</b></p>	<p><b>NA</b></p>

No terceiro ponto da ordem do dia, começou por ser apreciado o parecer conjunto relativo às propostas de lei n.ºs [279/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à vigésima segunda alteração ao Código de Processo Penal, atualizando a definição de terrorismo; [280/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à sexta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), fixando novos fundamentos para a concessão da nacionalidade por naturalização e para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa; [281/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, que estabelece o regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, permitindo que sejam incluídos nas ações encobertas todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo; [282/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 40/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

criminalidade organizada e económico-financeira, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo; [283/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à quarta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), criminalizando a apologia pública e as deslocações para a prática do crime de terrorismo; [284/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 23/2007, de 11 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, modificando os fundamentos para a concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão; [285/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à terceira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo; e [286/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorista, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Jorge Lacão (PS), tendo sido destacado o facto de esse conjunto de oito iniciativas ter sido apresentado com o intuito de ajustar a legislação existente à Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo ([Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015, de 20 de fevereiro](#)) e de dar corpo ao movimento europeu de acréscimo de sensibilização para o combate de práticas relacionadas com o terrorismo.

No debate que se seguiu, intervieram, além do Senhor Presidente, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) e as Senhoras Deputadas Cecília Honório (BE) e Teresa Anjinho (CDS-PP), que saudaram o Deputado relator pelo relatório exaustivo, sucinto mas completo, que apresentou. No final, submetido a votação, o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV.

Em seguida, foi apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 771/XII/4.<sup>a</sup> \(PS\)](#) - Procede à oitava alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, visando um regime sancionatório mais equitativo nas situações de incumprimento do pagamento de taxas de portagem em infraestruturas rodoviárias, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado João Lobo (PSD). Após um breve debate, em que intervieram o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) e as Senhoras Deputadas Cecília Honório

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 40/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

(BE) e Teresa Anjinho (CDS-PP), o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV.

Foram, ainda, apreciados o parecer sobre o [projeto de lei n.º 765/XII/4.<sup>a</sup> \(BE\)](#) - Transparência dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos e o parecer conjunto sobre os projetos de lei n.ºs [766/XII/4.<sup>a</sup> \(BE\)](#) - Combate o enriquecimento injustificado, e [782/XII/4.<sup>a</sup> \(PCP\)](#) - Enriquecimento injustificado (35.<sup>a</sup> alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, 4.<sup>a</sup> alteração à lei n.º 34/87, de 16 de julho e 6.<sup>a</sup> alteração à lei n.º 4/83, de 2 de abril), que, na ausência do respetivo relator, Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD), foram apresentados pelo Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD). Após um breve debate, em que intervieram a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) e o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS), os dois pareceres - partes I e III - foram votados em conjunto e aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do PEV.

No quarto ponto da ordem do dia, o Grupo Parlamentar do PS, através do Senhor Deputado Luís Pita Ameixa, requereu o adiamento, para a reunião seguinte, da discussão e votação, na especialidade, das propostas de lei n.ºs [271/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro n.ºs 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido; [272/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados-membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a Decisão-Quadro n.º 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009; e [274/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 2009/315/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 40/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

agosto, uma vez que ainda não foram recebidos todos os pareceres solicitados pela Comissão.

No mesmo sentido, a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) disse concordar com o adiamento das referidas três iniciativas e requereu, igualmente, o adiamento da discussão e votação, na especialidade, da [proposta de lei n.º 273/XII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Proceda à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, a fim de permitir uma ponderação mais aprofundada das propostas de alteração entretanto apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS.

No quinto ponto da ordem do dia, procedeu-se à fixação da redação final do texto que «Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e a livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e revoga a Lei n.º 83/2001, de 3 de agosto» [\[proposta de lei n.º 245/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)\]](#), tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PCP, do BE e do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 14/DAPLEN/2015.

Foi, igualmente, fixada a redação final do texto que procede à «Segunda alteração à Lei 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada» [\[proposta de lei n.º 246/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)\]](#), tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PCP, do BE e do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 9/DAPLEN/2015.

Procedeu-se, ainda, à fixação da redação final do texto que «Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 40/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

63/85, de 14 de março» [\[proposta de lei n.º 247/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)\]](#), tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PCP, do BE e do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 12/DAPLEN/2015.

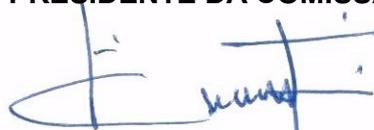
No ponto seguinte da ordem do dia, passou-se à apreciação do relatório final da [petição n.º 453/XII/4.<sup>a</sup>](#) - - Em defesa dos serviços públicos em Sines (tribunal, serviço de finanças e centro de saúde -, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD). No debate, intervieram o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa e a Senhora Deputada Maria de Belém Roseira (PS), que teceram algumas considerações mais genéricas sobre o tema do encerramento de tribunais e apelaram a uma visão mais abrangente e intersectorial no tratamento dessas questões. No final, submetido a votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

Não havendo lugar à apreciação de relatórios sobre iniciativas europeias, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 35 a 39/XII/4.<sup>a</sup>, correspondentes às reuniões de 4 a 25 de janeiro de 2015, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP, do BE e do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de março de 2015

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(Fernando Negrão)**

**Nota: aprovada a 01-04-2015**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 40/XII/ 4.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Hugo Velosa  
Isabel Oneto  
João Lobo  
Jorge Lacão  
José Magalhães  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Simões Ribeiro  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
Carlos Abreu Amorim  
Maria de Belém Roseira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Hugo Lopes Soares  
Isabel Alves Moreira  
José Luís Ferreira  
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe